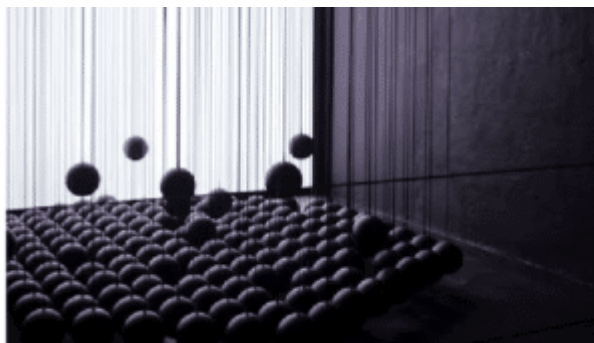


Socialdemocracia — estágio na transição sistêmica



Por **FERNANDO NOGUEIRA DA COSTA***

O social-desenvolvimentismo surgiu para designar os adeptos de uma adequação das experiências europeias ao contexto latino-americano

Alcançar uma condição de social-democracia em um país subdesenvolvido requer uma abordagem gradual e adaptada às circunstâncias específicas de cada nação. Por isso, surgiu a expressão social-desenvolvimentismo para designar os adeptos de uma adequação dessas experiências europeias ao contexto latino-americano, aliás, bastante diferenciado entre o Brasil e as nações vizinhas, além das demais até o México, vizinho de uma potência hegemônica arrogante, mas em processo de atingir o ranking dos dez maiores PIBs mundiais, como já é o caso brasileiro.

Algumas etapas e considerações úteis nesse processo são as seguintes. O Brasil, sob governos sob a hegemonia negociada de um partido de origem trabalhista com os demais aliados, busca implementar políticas de modo a promover o crescimento econômico inclusivo, redistribuindo os benefícios do desenvolvimento para toda a população, em vez de concentrá-los em uma elite.

Para tanto, tem de priorizar investimentos em educação de qualidade, cuidados de saúde acessíveis e outras políticas sociais capazes de reduzir a desigualdade e promoverem a mobilidade social. Sem o fortalecimento das instituições democráticas, com o fortalecimento do Estado de Direito, ao contrário do governo neofascista-neoliberal anterior, não garante as instituições democráticas com o respeito aos direitos humanos, à independência do Poder Judiciário e ao combate à corrupção.

A participação cidadã ainda é frágil no Brasil. Cabe então ao atual governo, eleito democraticamente por uma pequena maioria, promover a participação ativa da sociedade civil na tomada de decisões políticas e no monitoramento do próprio governo para garantir transparência e responsabilidade.

As políticas de bem-estar social, exigidas para o alcance da socialdemocracia como uma etapa da transição sistêmica rumo a um novo modo de produção, talvez apelidado de “socialista”, exigem cuidados da seguridade social. Significa implantar sistemas abrangentes de seguridade social de modo a garantir a proteção contra a pobreza, o acesso a cuidados de saúde, educação e previdência social para todos os cidadãos.

A redistribuição de renda é até mais fácil diante da difícil redistribuição de riqueza, caso se considere a acumulada ao longo da vida ativa de muitos trabalhadores. É necessário o debate público esclarecer e distinguir a “sorte do berço” do esforço individual de acumulação de riqueza para a aposentadoria e a ajuda aos seus herdeiros.

Nesse sentido, adotar políticas fiscais progressivas capazes de tributar os mais ricos e redistribuírem a renda para financiar serviços públicos e programas sociais deve passar por um debate no Congresso Nacional. A faixa dos bilionários do segmento *Private Banking*, capazes de serem tributados sem sentir a diferença (“depois de um bilhão de dólares não se

a terra é redonda

pensa em consumismo barato”) deve ser distinguida da classe média do Varejo de Alta Renda.

Para essa construção nacional de uma sociedade mais igualitária, é necessário o diálogo social e negociação coletiva. No caso das relações trabalhistas, é necessário promover o diálogo social entre empregadores, trabalhadores e governo para negociar condições de trabalho justas, salários dignos e proteção social para os trabalhadores.

Embora decadente, por causa das reformas neoliberais do governo golpista (2016-2018) com o corte das verbas dos sindicatos, ainda cabe apoiar a negociação coletiva entre sindicatos e empregadores para garantir direitos trabalhistas e condições de trabalho decentes. O maior desafio diz respeito às novas gerações de microempreendedores “urberizados” e “pejotizados”, pois são superexplorados, seja em extensão de jornadas de trabalho, seja em carência de direitos trabalhistas.

Um problema é ter a visão larga nacional para a redução de disparidades regionais. É necessário implantar políticas de desenvolvimento regional e urbano de modo a reduzir as disparidades econômicas entre áreas urbanas e rurais, promovendo o crescimento inclusivo e a equidade territorial. Novamente, “fácil de falar, difícil de fazer”.

Para investir em infraestrutura urbana, habitação acessível e transporte público para promover o desenvolvimento sustentável das cidades, para melhorar a qualidade de vida dos habitantes urbanos é necessário... dinheiro! Verbas! São disputas na aprovação dos orçamentos da União, dos Estados e dos Municípios.

A “salvação da pátria” é colocada por muitos na cooperação internacional. Serve até para países pequenos, mas não para gigantes como o Brasil.

A assistência ao desenvolvimento busca apoio e cooperação internacional, tanto financeiro quanto técnico, de organizações internacionais, países desenvolvidos e agências de desenvolvimento para fortalecer as capacidades institucionais e promover o progresso social e econômico. Tudo muito bom, tudo muito bem, mas realmente... é melhor confiar na integração regional.

Para tanto, participar ativamente de blocos regionais e acordos de cooperação para promover o comércio justo, a integração econômica e o desenvolvimento conjunto de maneira a apoio mútuo junto a todas as nações latino-americanas talvez seja “a salvação da lavoura”, isto é, a promoção do comércio continental. Países abaixo da linha do Equador se encontram distantes das Cadeias Globais de Valor (CGV) do Norte rico. Talvez seja mais barato comercializar com a África...

Enfim, a transição para uma condição de social-democracia em um país subdesenvolvido requer um compromisso de longo prazo com políticas progressistas, instituições democráticas fortes e investimentos em desenvolvimento humano e bem-estar social. É um processo gradual exigente de uma abordagem multifacetada e adaptada às necessidades e realidades específicas de cada país.

Através de políticas inclusivas e participativas, é possível alcançar um desenvolvimento econômico e social sustentável de modo a beneficiar toda a população. Não será fácil, tampouco em curto prazo, no mandato de um governo progressista. Exige seguidas reeleições de governos de Frente Ampla com aliados igualmente com essa pretensão social-desenvolvimentista.

A social-democracia nem o social-desenvolvimentismo exige, necessariamente, a estatização completa dos meios de produção, como equivocadamente ocorre em sistemas socialistas mais radicais. Em vez disso, a social-democracia se baseia em um sistema econômico misto, como o chinês, capaz de combinar elementos de mercado com uma ampla rede de proteção social e intervenção estatal para garantir o bem-estar da população.

A maioria dos meios de produção permanece nas mãos de empresas privadas. Operam com base no lucro e na competição

de mercado.

O governo desempenha um papel ativo na regulação da economia, implantando políticas para corrigir falhas de mercado, promover a igualdade de oportunidades e proteger os direitos dos trabalhadores e consumidores. Mas ele não elimina a propriedade privada nem tampouco a intervenção estatal obstrui os negócios privados legais.

Em alguns casos, setores considerados estratégicos para o interesse público, como energia, transporte, saúde e educação, costumam ser pelo menos parcialmente estatizados para garantir acesso universal e equitativo a esses serviços. O Estado mantém a participação ou o controle em empresas públicas com prestação de serviços essenciais, mas também podem existir empresas privadas concorrentes nesses setores.

A social-democracia, bem como o social-desenvolvimentismo, promove uma ampla rede de proteção social, que inclui seguro-desemprego, saúde pública, educação gratuita, aposentadoria e outros benefícios sociais financiados pelo Estado. Políticas trabalhistas, como salário mínimo, limites de horas de trabalho, licenças parentais e proteção contra demissões injustas, são estabelecidas para proteger os direitos dos trabalhadores e garantir condições de trabalho dignas.

Quanto à redistribuição de renda, impostos progressivos são aplicados para financiar programas sociais e reduzir a desigualdade de renda, garantindo uma distribuição mais equitativa da riqueza e oportunidades. O governo implanta regulamentações para controlar o sistema financeiro, prevenir abusos e garantir a estabilidade econômica e o acesso ao crédito para indivíduos e empresas.

Embora a social-democracia e o social-desenvolvimentismo possam envolver alguma estatização seletiva de setores estratégicos e uma forte intervenção estatal na economia, não exigem a estatização completa dos meios de produção. Em vez disso, ambos regimes buscam um equilíbrio entre o mercado e o Estado, com o objetivo de garantir o bem-estar da população, promover a igualdade de oportunidades e mitigar as desigualdades sociais e econômicas.

**Fernando Nogueira da Costa é professor titular do Instituto de Economia da Unicamp. Autor, entre outros livros, de Brasil dos bancos (EDUSP). [<https://amzn.to/3r9xVNH>]*

**A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.
Ajude-nos a manter esta ideia.**

CONTRIBUA